

## AFIRMAÇÃO INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS: Território, memória e políticas

Há cerca de 20 anos, o livro “A viagem da volta”, organizado por Pacheco de Oliveira (1999), marcou época ao reunir um expressivo conjunto de trabalhos antropológicos que examinavam o fenômeno das chamadas etnogêneses indígenas ocorridas na região Nordeste do Brasil ao longo de todo o século 20. O volume ajudou a dar visibilidade e legitimidade aos estudos de uma Área Etnográfica, tanto quanto a um tipo de problema etnográfico: os “índios misturados” e seus processos de “resgate”, “revalorização” ou “reconstituição” de suas indianidades. Naquele contexto, a situação dos grupos indígenas de “surgimento” recente e de aparência camponesa era evocada como um paradoxo, que ganhava especial relevo quando confrontado com as representações idealizadas e mediatizadas do índio amazônico, indiscutivelmente autóctone e marcado por clara distintividade cultural.

Ao mesmo tempo em que aquele livro era publicado, entretanto, na própria região amazônica, que lhe servia como *tropo* do índio ideal, diversos coletivos anteriormente classificados como mestiços ou caboclos também começavam a afirmar a sua descendência, sua memória e sua tradição indígenas, dando início a um processo semelhante, em vários aspectos, ao das etnogêneses nordestinas. Afinal, a Amazônia também foi profundamente marcada pela tentativa de extermínio ou de apagamento da população nativa, sob rotulagens diversas e genéricas, tais como caboclo, ribeirinho, mestiço, etc. A estratégia colonial foi, e a colonialista continua sendo, abrir caminho para a exploração da natureza e das populações da região pelo desligamento de qualquer laço de pertencimento entre elas, por meio da eliminação ou deslegitimação de memórias, saberes, instituições e línguas indígenas. No lugar da larga variedade de formas de relacionamento entre humanos e não-humanos, tudo deve ser reduzido à forma mercadoria, as relações devem ser monetarizadas, o conhecimento deve ser eurocentrado, a saúde submetida ao modelo biomédico farmacêutico, a produção subsumida ao econômico e a comunicação padronizada sob o português.

Mas uma estratégia como esta precisa estar sustentada em um Estado comprometido com o capital, seja por omissão, seja por uma ação avessa ao reconhecimento

da diversidade e da soberania popular. O processo de democratização decorrente da Constituição Federal de 1988, a adoção e aprofundamento das Políticas de Reconhecimento a partir do final dos anos 1990 e as políticas públicas de redução da miséria a partir dos anos 2000, introduziram importantes tensões nesta estrutura de dominação aparentemente monolítica, submetendo suas estratégias a contradições. Sob essas novas condições, a emergência de uma camada de jovens universitários de origem indígena e o próprio exemplo do processo de afirmação étnica no Nordeste tiveram forte impacto sobre o contexto amazônico. O século que havia sido aberto com o início das afirmações étnicas no Nordeste, seria fechado com o início das afirmações étnicas ao Norte do país.

Um intenso processo de afirmação étnica iniciou-se no Tapajós em 1998, ano em que lideranças da comunidade de Takuara, município de Belterra procuram a FUNAI de Itaituba (Santarém sequer havia FUNAI) para informar a decisão de resgatar a identidade indígena Munduruku e iniciar procedimentos oficiais para efetivar legalmente a decisão. Em 2000 foi criado o Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA) para representar as diversas associações indígenas que se espalhavam pela região e, em 2013, reconhecendo a importância deste movimento, a FUNAI abre um escritório em Santarém. No baixo Tapajós existem, atualmente, 64 comunidades ou aldeias reivindicando pertencimento étnico a treze etnias diferentes: Apiaka, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara-Preta, Cumaruara, Munduruku, Maytapú, Jaraqui, Tapajó, Tupinambá, Tupaiu e Tapuia.

Em 2011 foi publicado no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Maró e em 2015 o RCID da terra indígena Cobra Grande. Em 2016, foram publicadas a Portaria MJ-568, no qual o estado brasileiro reconhece a ocupação tradicional Munduruku de Takuara e estabelece a posse permanente de seu território, e a Portaria MJ-567, que estabelece o mesmo aos Munduruku de Bragança e Marituba, no município de Aveiro. Atualmente a terra indígena Alter-do-Chão, dos Borari, aguarda a publicação da análise do relatório circunstanciado de identificação e delimitação e a Terra Indígena Munduruku e Apiaká do Planalto Santarém aguarda abertura de estudos de identificação. Mas ainda que primeira e principal, a reconquista da terra é apenas um capítulo deste movimento de afirmação.

No campo da educação escolar houve conquistas significativas. No ensino funda-

mental há sessenta e quatro escolas cadastradas como indígenas na secretaria de educação de Santarém, três em Aveiro e duas em Belterra. Nelas foram incorporados os ensinamentos de Língua Indígena (Nheengatu e Munduruku) e Notório Saber abrindo a escola aos modos de vida, instituições e saberes tradicionais. Atualmente o estado do Pará e as três prefeituras procuram caminhos para estabelecer termo de colaboração para operarem conjuntamente o funcionamento dessas escolas. No ensino médio há dezesseis escolas estaduais operando com o Sistema Modular de Ensino Indígena ofertado em aldeias, apesar de todas utilizarem instalações das escolas municipais. Os gestores, os professores e o corpo técnico são escolhidos coletivamente e ocupados preferencialmente por indígenas. Fato que impactou à procura por formação universitária de professores e gestores aos indígenas e a efetivação de seu trabalho na escola da própria aldeia. Nesse período foram ofertados vários cursos de formação intercultural em nível de magistério e licenciatura, cursos de língua indígena *nheengatu* e *mundurucu* e a UFOPA conta hoje com mais de quatrocentos alunos indígenas que ingressam por um processo seletivo adaptado. Em 2019 iniciará um Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena promovido em associação pelas universidades públicas do estado do Pará.

A afirmação étnica tanto resulta quanto impulsiona a revitalização da força encantada e o papel dos sacacas, seus interlocutores e mediadores, sobretudo nas figuras dos pajés Laurelino, Merandolino e Higino, fortalecendo seus rituais, medicina e cosmovisão. Ao mesmo, esta afirmação foi o ponto de partida para conquistas no campo das políticas públicas de saúde, como o direito ao atendimento diferenciado promovido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, até então dirigida apenas aos chamados “índios tradicionais”. Essa conquista resultou da força mobilizadora que os componentes do “movimento indígena do Baixo Tapajós” possuem ao acampar e protestar nas instalações da SESAI de Santarém por semanas. Recentemente um helicóptero para atendimento emergencial aos indígenas da região foi incorporada a frota dessa secretaria em Santarém.

Em 2016 realizaram o Primeiro Jogos Indígenas do Baixo Tapajós (JIBAT) envolvendo todos os povos da região nas modalidades esportivas próprias como arco e flecha, corridas de tora e canoa, peconha, etc. Todos os 13 povos contam hoje com festivais, eventos e instituições representativas de suas condições indígenas na tentativa de resga-

tar o orgulho e a força de ser indígena e combater a narrativa de inferioridade e extinção imposta pela sociedade nacional.

Nesse contexto de vigoroso processo de afirmação étnica a decisão dos editores da revista do PPGCS em publicar dossiê sobre o movimento indígena do baixo Tapajós foi oportuna e sábia e, de certa forma, se soma aos merecidos presentes de comemorações dos 20 anos desse “movimento”. Este dossiê “Afirmação Indígena no Baixo Tapajós: Território, memória e políticas” materializa esforços para contribuir na produção de material, na interpretação, consolidação e divulgação desse processo que vem ocorrendo desde o final do século passado na região, área de abrangência direta da Universidade Federal do Oeste do Pará e, em especial, do seu Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade.

Abrindo o dossiê os pesquisadores Ib Sales Tapajós e o Nirson Medeiros Neto apresentam um histórico do processo de Emergência indígena da região no qual dezenas de comunidades, antes classificadas como ribeirinhas ou caboclas, passaram a assumir publicamente a identidade de povos indígenas, lutando pelo reconhecimento de direitos diferenciados, em especial a demarcação dos seus territórios reabrindo dossiês históricos fechados acerca desses povos alterando profundamente o panorama social da região, com a conquista de importantes direitos pelos povos indígenas, especialmente o direito à autodeterminação.

No segundo artigo “Chamado do Pajé: regimes de memória, apagamentos e protagonismo indígena no baixo Tapajós” a antropóloga Edwiges Ioris aborda a afirmação étnica dessa região na perspectiva de configurarem uma contra-narrativa à historiografia oficial, que sucessivamente foi promovendo um apagamento das alteridades étnicas locais. A autora compreende essa contra-narrativa como um processo de construção de um novo regime de memória que vai recolocando os indígenas e seus protagonismos na história, e na historiografia.

No terceiro artigo o antropólogo Leandro Mahalem de Lima examina a “Pajelança nas adjacências do Rio Amazonas: dimensões sociopolíticas e cosmológicas” no qual explora as capacidades indígenas de incorporar pessoas, saberes e fazeres ao seu próprio estilo de civilização aberta, plural e não-centralizada somando-se ao entendimento da

importância da pajelança nos movimentos indígenas da região.

Movimentos sociais de intervenção no real da magnitude dos processos de afirmação étnica do baixo tapajós não se constroem sem a participação vigorosa e autônoma das mulheres. Para apresentar essa dimensão, no quarto artigo, a pesquisadora Luana Lazzeri Arantes tece importantes “Reflexões sobre processos de constituição do movimento indígena no Baixo Tapajós a partir de narrativas femininas”. Através de acontecimentos narrados pelas mulheres indígenas, a pesquisadora evidencia que os processos sociais específicos construídos por elas orientam a ação política do movimento indígena ao mesmo tempo em que efetivam o desejo de manter uma identidade específica.

Articulando a educação escolar diferenciada no contexto de fortalecimento do movimento indígena através do resgate linguístico os pesquisadores José Maurício Arruti, Judith Costa Vieira e Sâmela Ramos da Silva examinam, no quinto artigo, a relação entre território, educação e língua no processo de afirmação étnica dos Munduruku de Belterra e Planalto santareno. Especificamente, examinam o papel que a demanda e implantação de ações de resgate de línguas indígenas desempenham para os sujeitos em processo de afirmação étnica e demanda de reconhecimento dos territórios.

No sexto artigo “Os Borari e os Arapium: História do Tempo Presente” os pesquisadores Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto e Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto apresentam a resistência e resiliência dos Borari e dos Arapium da Terra Indígena Maró até os dias atuais, apesar da história de extermínio físico e cultural indígena imposto à região, na tentativa de contribuir para o entendimento do que é ser indígena hoje.

Finalizando o dossiê o pesquisador Domingos Bruno Gonçalves Marques apresenta sua análise sobre o direito ao autorreconhecimento a partir do estudo do processo de reafirmação étnica na região do Tapajós demonstrando seus amparos legais a partir da Constituição Federal de 1988 e da Convenção nº 169 da OIT.

A despeito da crescente visibilidade do processo de afirmação étnica do baixo Tapajós, a literatura acadêmica sobre o tema ainda está dispersa. Propomos, assim, com este dossiê de pesquisas sobre múltiplas dimensões da afirmação indígena no Baixo Tapajós, as quais são de interesse amplamente interdisciplinar, abarcando áreas como história, antropologia, sociologia, educação, direito, saúde e outras, contribuir para a



diminuição dessa dispersão.

*Os organizadores*